

Vinci Highways do
Brasil -
Participações S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da Vinci Highways do Brasil – Participações S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vinci Highways do Brasil – Participações S.A. (“Companhia”), e sua controlada, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Vinci Highways do Brasil – Participações S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

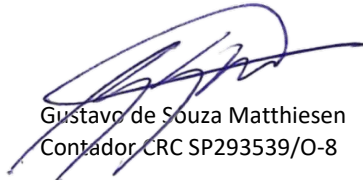
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

Ribeirão Preto, 22 de julho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP293539/O-8

VINCI HIGHWAYS DO BRASIL - PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
ATIVO		2025	2024	2025
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	3	388.574	8.833	916.697
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	-	69.964
Contas a receber	5	929	3.144	62.253
Contas a receber de partes relacionadas	15	-	-	20
Estoques	6	-	-	9.844
Adiantamentos a fornecedores		39	65	839
Tributos a recuperar	7.1	2.261	1.123	2.281
Outras contas a receber	9	-	15.967	-
Despesas antecipadas		-	-	4.202
Outros ativos		-	-	5.518
Total do ativo circulante		391.803	29.132	1.071.618
NÃO CIRCULANTE				
Outros ativos		-	-	1.524
Contas a receber de partes relacionadas		-	-	-
Impostos a recuperar	7.1	-	-	25.952
Debêntures a receber	13	-	995.447	-
Impostos diferidos	8	-	-	248.804
Total do ativo realizável ao longo prazo		-	995.447	276.280
Direito de uso - arrendamento	21	-	115	-
Investimentos	12	374.489	960.850	-
Imobilizado	10	-	-	13.280
Intangível	11	-	-	4.407.115
Infraestrutura em andamento	11	-	-	1.188.253
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		374.489	1.956.412	5.884.928
TOTAL DO ATIVO		766.292	1.985.544	6.956.546

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2025	2024	2025
CIRCULANTE				
Fornecedores	14	2.155	737	131.812
Debêntures a pagar	20	-	-	162.072
Credor pela concessão	16	-	-	2.359
Adiantamento de clientes		-	-	5.182
Obrigações trabalhistas	18	277	616	13.171
Obrigações tributárias	7.2	259	622	17.362
Outras contas a pagar	23	157.710	61.092	159.564
Contas a pagar com partes relacionadas	15	-	-	11.533
Provisão para manutenção	17	-	-	95.012
Passivo de arrendamento	21	-	117	8.288
Total do passivo circulante		160.401	63.184	606.355
NÃO CIRCULANTE				
Debêntures a pagar	20	-	-	4.832.810
Provisão para manutenção	17	-	-	89.188
Passivo de arrendamento	21	-	-	9.511
Passivo Fiscal diferido	8	-	-	621.245
Provisão para riscos	22	-	-	59.518
Outras contas a pagar	23	256	137.629	256
Mútuo a pagar	19	-	1.065.967	-
Total do passivo não circulante		256	1.203.596	5.612.528
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	24	764.105	827.105	764.105
Prejuízos acumulados		(158.470)	(108.341)	(158.470)
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores		605.635	718.764	605.635
Participação de não controladores				
		-	-	132.028
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		766.292	1.985.544	6.956.546

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

VINCI HIGHWAYS DO BRASIL - PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		2025	2024	2025
Receita líquida	25	1.272	2.873	371.132
Custo do serviço prestado	26	(1.983)	(1.531)	(247.007)
(PREJUÍZO) LUCRO BRUTO		(711)	1.342	124.125
DESPESAS OPERACIONAIS				
Gerais e administrativas	26	(5.400)	(3.651)	(51.901)
Receitas (despesas) operacionais líquidas		5.509	15.967	6.310
Receita (despesa) de equivalência patrimonial	12	(36.361)	(23.341)	(30.725)
(PREJUÍZO) LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(36.963)	(9.683)	47.809
RESULTADO FINANCEIRO				
Receita financeira	27	121.444	123.419	172.642
Despesa financeira	27	(134.610)	(167.832)	(271.325)
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS		(13.166)	(44.413)	(98.683)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(50.129)	(54.096)	(50.874)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	-	-	(3.870)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(50.129)	(54.096)	(54.744)
Resultado atribuível a:				
Controladores		-	-	(50.129)
Não controladores		-	-	(4.615)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(50.129)	(54.096)	(54.744)
PREJUÍZO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO	28	(0,07)	(0,07)	(0,07)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

VINCI HIGHWAYS DO BRASIL - PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	2025	2024	2025
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(50.129)	(54.096)	(54.744)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(50.129)</u>	<u>(54.096)</u>	<u>(54.744)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

VINCI HIGHWAYS DO BRASIL - PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Prejuízo do exercício	Total do patrimônio líquido atribuído ao controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>811.082</u>	<u>(54.245)</u>	<u>-</u>	<u>756.837</u>	<u>-</u>	<u>756.837</u>
Aporte de capital social		16.023	-	-	16.023	-	16.023
Prejuízo do exercício		-	-	(54.096)	(54.096)	-	(54.096)
Prejuízos acumulados		<u>-</u>	<u>(54.096)</u>	<u>54.096</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		<u>827.105</u>	<u>(108.341)</u>	<u>-</u>	<u>718.764</u>	<u>-</u>	<u>718.764</u>
Aporte de capital social	24	55.000	-	-	55.000	-	55.000
Redução de capital social	24	(118.000)	-	-	(118.000)	-	(118.000)
Aquisição de controle California	1.1	-	-	-	-	136.643	136.643
Prejuízo do exercício		-	-	(50.129)	(50.129)	(4.615)	(54.744)
Prejuízos acumulados		<u>-</u>	<u>(50.129)</u>	<u>50.129</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		<u>764.105</u>	<u>(158.470)</u>	<u>-</u>	<u>605.635</u>	<u>132.028</u>	<u>737.663</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

VINCI HIGHWAYS DO BRASIL - PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		2025	2024	2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo líquido do exercício		(50.129)	(54.096)	(54.744)
Ajustes:				
Depreciações e amortizações (Direito de Uso)	21	-	-	56.063
Reversão de provisão de riscos		-	-	10.087
Provisão para Imposto de Renda e CS diferidos		-	-	2.581
Provisão para manutenção		-	-	2.968
Resultado de equivalência patrimonial	12	36.361	23.341	30.725
<i>Earn Out</i>		20.337	24.653	20.176
Encargos financeiros e variação monetária sobre as debêntures	13	(101.638)	(122.006)	73.977
Despesa de Juros sobre mútuos	19	114.420	137.523	114.420
Despesa de Juros sobre arrendamentos	21	9	243	445
Variação nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber		2.215	(3.144)	9.911
Outras contas a receber		15.967	(15.967)	48.527
Impostos e contribuições a recuperar		(1.138)	(533)	(9.094)
Estoques		-	-	7.397
Outros ativos		-	-	(271)
Adiantamentos a fornecedores		26	(65)	(774)
Despesas antecipadas		-	-	1.081
Fornecedores		1.418	697	31.280
Obrigações trabalhistas		(339)	540	(4.400)
Obrigações tributárias		(363)	219	3.973
Credor pela concessão		-	-	1.509
Pagamento de contingências		-	-	(9.580)
Partes relacionadas		-	-	3.813
Adiantamento de clientes		-	-	(110)
Outras contas a pagar		124	(114)	(299)
Juros pagos debêntures		-	-	(102.781)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais		37.270	(8.709)	236.879
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aplicação financeira vinculada		-	-	134.949
Aquisição de investimento em cash		-	-	(302.138)
Aquisição (pagamento) de debênture	13	1.097.085	-	-
Caixa líquido aplicado (consumido) nas atividades de investimento		1.097.085	-	(167.189)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captação e pagamento de mútuo	19	(1.180.387)	-	(83.302)
Pagamento de arrendamentos	21	(126)	(126)	(1.864)
Pagamento de juros sobre arrendamentos		(9)	(1)	(454)
Aumento (redução) de capital social em caixa		(63.000)	16.023	(63.000)
Redução de capital em controladas	12	550.000	-	550.000
Pagamento de debêntures, líquido do custo de captação	20	-	-	(45.959)
Pagamento de <i>earn-out</i>	23	(61.092)	(36.024)	(61.092)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamentos		(754.614)	(20.128)	294.329
AUMENTO (REUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE		379.741	(28.837)	364.019
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		8.833	37.670	8.833
Caixa da aquisição de controle		-	-	543.845
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		388.574	8.833	916.697
AUMENTO (REUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE		379.741	(28.837)	364.019

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1 Contexto operacional

A Companhia Vinci Highways do Brasil - Participações S.A. (“Vinci” ou “Companhia”), sociedade por ações constituída e existente de acordo com as leis do Brasil, inscrita no CNPJ sob. o nº. 47.980.122/0001-55, com sede na cidade e estado de São Paulo, foi constituída em 16 de setembro de 2022 e tem por objetivo social Prestação de serviços de consultoria, orientação, organização, controle orçamentário, informação e gestão e prestação de serviços administrativos de rotina a empresas, sob contrato, tais como planejamento financeiro, recursos humanos, contabilidade, engenharia, técnica; participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior.

Em 20 de outubro de 2025, em razão do fechamento da operação contemplada no Contrato de Compra e Venda celebrado entre o Pátria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Pátria III”) e a Entrevias Coinvestimento Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Entrevias Coinvestimento”) — em conjunto, os “Acionistas Minoritários Indiretos” — e o NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia GIC (“NY FIP” ou “GIC”), os Acionistas Minoritários Indiretos alienaram ao GIC a totalidade da participação de 45% que detinham na Califórnia Infraestrutura Holding S.A. (“Califórnia”), bem como das debêntures conversíveis emitidas pela Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. (“Entrevias”), controlada indireta da Califórnia.

Até 20 de outubro de 2025 a estrutura societária da Califórnia contava com os acionistas Pátria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Pátria III”) e pela Entrevias Coinvestimento Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Entrevias Coinvestimento”) e a Companhia, em regime de controle compartilhado. Em 20 de outubro de 2025 os acionistas Pátria III e Entrevias Coinvestimento foram substituídos pelo NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia GIC, ocasião em que foi celebrado novo acordo de acionistas. Os novos termos pactuados eliminaram as deliberações anteriormente tomadas de forma conjunta, conferindo à Companhia o controle da Califórnia, conforme detalhado na nota 1.1. A participação societária da Companhia permaneceu inalterada em 55%.

A partir de 20 de outubro de 2025, a Companhia passou a consolidar integralmente a Califórnia e suas controladas indiretas — Infraestrutura Investimentos e Participações S.A. (“IIP”), Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A. (“IIP II”) e Entrevias —, reconhecendo a participação não controladora de 45% detida pelo GIC.

A obtenção de controle pela Companhia não envolveu transferência de contraprestação pela Companhia aos demais acionistas, uma vez que decorreu da alteração do acordo de acionistas, sem aquisição adicional de ações.

1.1 Relação de entidades controladas (a partir de 20 de outubro de 2025)

Veja política contábil sobre consolidação e combinação de negócios na nota explicativa nº 2.4 (i).

Segue abaixo a relação das entidades controladas pela Companhia, em conjunto denominado Grupo, conforme estrutura societária vigente a partir de 20 de outubro de 2025 (vide nota explicativa nº 1):

	Relação	Participação acionária %
		2025
Califórnia Infraestrutura Holding S.A. (a)	Controlada	55%
Infraestrutura Investimentos e Participações S.A. (b)	Controlada indireta	55%
Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A. (c)	Controlada indireta	55%
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. (d)	Controlada indireta	55%

(a) Califórnia Infraestrutura Holding S.A. (“Califórnia”) (Controlada direta a partir de 20 de outubro de 2025 e controlada em conjunto até essa data).

A Califórnia Infraestrutura Holding S.A., constituída em 24 de agosto de 2022, localizada na Rodovia Atilio Baldo SP-322 km 327, 500 Pista Leste, s/n, Sertãozinho - SP, tem por objeto social a participação em outras sociedades, com sócia ou acionista.

Em 31 de dezembro de 2025, a Califórnia tem como acionistas A Companhia (55%) e o NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia GIC (“GIC”) (45%). Até 20 de outubro de 2025, a participação de 45% era detida em conjunto pelo Pátria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Pátria III”) e pela Entrevias Coinvestimento Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Entrevias Coinvestimento”), exercendo o controle compartilhado da Califórnia em conjunto com A companhia e o Grupo.

A Califórnia possui 100% das ações da Infraestrutura Investimentos e Participações S.A..

(b) Infraestrutura Investimentos e Participações S.A. (“IIP”) (Controlada indireta a partir de 20 de outubro de 2025; controlada em conjunto até essa data, por meio da Califórnia)

A Infraestrutura Investimentos e Participações S.A., constituída em 22 de março de 2019, localizada na Rodovia Atílio Baldo SP-322 km 327, 500 Pista Leste, s/n, Sertãozinho - SP, tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

A IIP possui 100% das ações da Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A..

(c) Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A. (“IIP II”) (Controlada indireta a partir de 20 de outubro de 2025; controlada em conjunto até essa data, por meio da IIP)

A Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A., constituída em 8 de fevereiro de 2017, localizada na Rodovia Atílio Baldo SP-322 km 327, 500 Pista Leste, s/n, Sertãozinho - SP, tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

A IIP II possui 100% das ações da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A..

(d) Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. (“Entrevias”) (Controlada indireta a partir de 20 de outubro de 2025; controlada em conjunto até essa data, por meio da IIP II)

A Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. (“Entrevias”), é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil e constituída em 4 de outubro de 2016. A Entrevias tem por objeto único e exclusivo a exploração, mediante concessão, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote 28 Florínea - Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista, compreendendo a prestação de serviços de operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários. A Entrevias está localizada na Rodovia Atílio Baldo SP 322, Km 327,500, Pista Leste, S/N - Sertãozinho - SP.

Em 6 de junho de 2017, foi celebrado o Contrato de Concessão com prazo de 30 anos, relativo à Concorrência Pública Internacional 03/2016 para a exploração, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote Florínea - Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista.

O projeto envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

Pela exploração do sistema rodoviário, a controlada indireta, Entrevias assumiu o compromisso de pagar:

- A outorga fixa totalizou R\$1.376.512 e foi paga em 2 parcelas, sendo reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível.
- O valor da outorga variável correspondente a 3% das receitas brutas mensais auferidas pela concessionária (pedágio, acessórias e rendimentos financeiros) bem como, 3% sobre a mesma base à título de taxa de fiscalização. A outorga variável está atualmente isenta por prazo indeterminado, conforme Termo aditivo 01/2021.

A data de início da operação do trecho existente se deu em 5 julho de 2017 formalizada pela assinatura do termo de transferência, com prazo de 30 anos a contar desta data e adicionalmente o projeto abrange investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 211 quilômetros de faixas rodoviárias entre o Município de Florínea e o Município de Borborema e também a construção de faixas adicionais, dispositivos de retorno e de outras estruturas rodoviárias e o projeto compreende também investimentos em Serviços de Atendimento aos Usuários - SAU.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. O contrato de concessão foi classificado como ativo intangível da Investida. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Investida tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Compromissos: o contrato de concessão da Entrevias prevê investimento de R\$3.972.202 ao longo dos 30 anos. Serão alocados R\$985.752 para obras de ampliação, R\$1.917.461 na restauração de rodovias, R\$615.847 em equipamentos e sistemas, entre outros investimentos para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários, além de monitoramento por câmeras inteligentes em toda a malha viária, por exemplo, está prevista a implementação de inovações como rede de dados sem fio (“Wi-Fi”) para entregar aos usuários informações importantes do sistema, como atualização sobre as condições do trânsito.

Termo Aditivo 01/2021 ao Contrato de Concessão

Na data do dia 1º de fevereiro de 2021, passou a produzir efeito o referido aditivo, que tem por objeto implantar medidas com objetivo de mitigar efeitos adversos no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em especial decorrentes da aplicação de isenção de pedágio sobre os eixos suspensos dos veículos de transporte de cargas que circulassem vazios nas vias terrestres federais, estaduais, distritais e municipais.

Com a produção de efeitos do Aditivo, a partir do dia 01/02/2021, no âmbito do Contrato de Concessão, a Entrevias passou a: (i) cobrar tarifas reajustadas em 2,91%; e (ii) estar isenta da cobrança de outorga variável por prazo indeterminado.

A Entrevias ressalta que tais medidas poderão ser objeto de ajustes futuros, caso seja aplicável para assegurar o reequilíbrio por fluxo de caixa marginal, nos termos previstos no Contrato de Concessão.

Termo Aditivo 02/2022 ao Contrato de Concessão

Na data de 17 de agosto de 2022 foi assinado o Termo aditivo modificativo coletivo nº 02/2022 ARTESP - PRC-2022/04426 (TAM). O TAM tem por objeto a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em razão da frustração de receita bruta causada pela não aplicação do reajuste das tarifas quilométricas de pedágio referente à variação do respectivo indexador tarifário contratual entre 2021 e 2022 no momento determinado pelos Contrato de Concessão, qual seja: na data de 6 de julho de 2022.

Os pagamentos foram realizados no último dia útil dos meses de agosto, outubro e dezembro de 2022, até a aplicação efetiva do reajuste tarifário referente ao exercício de 2021-2022 vigente a partir do dia 16 de dezembro de 2022.

Pleito de reequilíbrio por acréscimo de investimentos

O pleito de acréscimo de investimentos, formulado pela concessionária Entrevias, relativo às obras de Conservação Especial do Pavimento das Rodovias SP 322, SP 328 e SP 330 – tem em vista a degradação precoce de 302 segmentos homogêneos do pavimento, em relação ao que era previsto no contrato da extinta concessionária Vianorte S.A., em termos de Vida Útil Remanescente do Sistema, e por consequência, refletido no próprio Estudo de Viabilidade, EVTEA e POI.

No dia 27 de dezembro de 2024, em deliberação do processo SEI! nº 134.00029248/2024-77, o Conselho Diretor da ARTESP recomendou o acréscimo de investimento e reconheceu seu efeito de desequilíbrio econômico-financeiro, em Valor Presente Líquido (VPL), a valores de março de 2016 e considerando a TIR contratual 9,83% a.a., de um montante de R\$49.273 a ser reequilibrado em favor da Entrevias. Esse valor, atualizado para o 8º ano contratual e a preços de julho de 2024, equivale a R\$156.722.

Nos termos do Despacho 0071147222, a Secretaria de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo determinou a aplicação de medida cautelar de mitigação de desequilíbrio econômico-financeiro no Contrato de Concessão nº0352/ARTESP/2017 (SEI 0051217654), nos termos do artigo 2º, inc. III, alíneas “P” e “e” da Resolução SPI19/2023, consistente em (i) acréscimo de R\$0,10 (dez centavos) ao valor da tarifa de pedágio e (ii) pagamento de indenização no valor de R\$60.000, base julho/2024.

O pagamento da indenização foi efetuado em 25 de junho de 2025. O montante estava reconhecido em infraestrutura em construção e a parte que seria recebida em caixa foi transferida para ativo financeiro e baixada após o recebimento. O saldo remanescente que ficou em infraestrutura em construção será transferido para ativo intangível e sua amortização será iniciada. O acréscimo de R\$0,10 ao valor da tarifa de pedágio foi aplicado juntamente com o reajuste tarifário anual, a partir de 06 de julho de 2025, com vigência até a recomposição do impacto econômico-financeiro já apurado do evento de desequilíbrio.

A Entrevias tem como única controladora direta a Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A.

Reforma tributária.

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que representa a primeira etapa de regulamentação da Reforma Tributária. O novo modelo estabelece um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) estruturado em duas competências (“IVA dual”): Federal, por meio da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Subnacional, por meio do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Esses tributos substituirão PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, conforme regulamentação complementar. O período de transição ocorrerá de 2026 a 2033, durante o qual o sistema tributário atual coexistirá com o novo regime. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos mencionados somente poderão ser avaliados com efetividade após a conclusão da regulamentação dos temas ainda pendentes por Lei Complementar.

1.2 Aquisição de participação societária

1.2.1 Aquisição de controlada em conjunto (“Califórnia”)

Em 10 de maio de 2023, a Companhia concluiu a aquisição de uma participação societária de 55% na Califórnia.

Como parte da transação, a Companhia comprou 55% de participação societária na Califórnia e 55% das debêntures conversíveis da Entrevias (emissora), controlada conjunta indireta, pela Califórnia. Tal transação foi financiada pelos recursos dos acionistas da Companhia (via aumento de capital e subscrição de um mútuo).

Com base no laudo de alocação do preço de compra (PPA – *Purchase Price Allocation*), elaborado no contexto da aquisição da participação na controlada em conjunto Califórnia, foram efetuadas as devidas alocações contábeis. Essas alocações consideraram os saldos de mais-valia identificados no laudo, bem como a diferença entre o valor da contraprestação transferida e o patrimônio líquido contábil da investida.

a. Alocação do preço de compra

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

	2023
(+) Contraprestação transferida	987.566
(-) Valor Justo dos Ativos líquidos identificáveis	(774.446)
Ágio	213.120
Custos de transação	19.523
<i>Earn-Out</i>	193.597

O ágio é atribuído principalmente às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. (investida da Califórnia) e às sinergias esperadas na integração da entidade ao negócio existente. O ágio reconhecido não tem expectativa de ser dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

b. Contraprestação transferida

A participação de 55% foi adquirida pelo montante total de R\$987.566, sendo R\$774.446 pagos à vista e o *Earn-out* a pagar (contraprestação contingente), no valor de R\$193.597 pagos conforme item (i) abaixo.

- i. O *Earn-Out* depende de eventos futuros relacionados a implementação do programa de *capex* e estimativa de tráfego, com previsões de pagamento em 28 de fevereiro de 2024, 2025 e 2026, tendo sido mensurado e registrado ao seu valor justo.

c. Custos de aquisição

Os custos de transação envolvendo a aquisição desta participação societária sob controle compartilhado foi de R\$19.523, reconhecidos como parte do custo de aquisição do investimento.

Para aquisições que não resultam em controle, os custos relacionados são tratados de forma diferente em comparação com aquisições que conferem controle. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição são incluídos no custo inicial do investimento.

d. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A seguir apresentamos informações dos ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos ao seu valor justo, na data de aquisição da Califórnia:

	Califórnia	Califórnia
	2023	2023
	Posição de 100% (*)	Posição de 55% (**)
Total do ativo	4.918.917	2.705.404
Total do passivo	(3.510.817)	(1.930.949)
Total dos ativos identificáveis	1.408.100	774.455

(*) Refere-se à posição de 100% dos ativos e passivos líquidos na data de aquisição da Califórnia em 10 de maio de 2023.

(**) Refere-se à posição de 55% dos ativos e passivos líquidos na data de aquisição da Califórnia em 10 de maio de 2023, adquiridos pela Vinci.

e. Mensuração a valor justo

Contrato de concessão: Avaliado pelo método do MPPEM, o MPPEM (*Multi Period Excess Earnings Method*), essa metodologia estima os resultados econômicos futuros esperados e atribuíveis a determinado ativo ao longo de múltiplos períodos.

- Vida útil: 24,7 anos

Debêntures: Valor justos por meio do resultado, considera os rendimentos incorridos até a data, taxa efetiva de juros.

1.2.2 Obtenção de controle em 20 de outubro de 2025

a. Descrição da operação

Em 20 de outubro de 2025, em decorrência do fechamento da operação descrita na nota explicativa nº 1, A Companhia passou a deter o controle da Califórnia e de suas controladas indiretas (IIP, IIP II e Entrevias).

A obtenção de controle ocorreu por força do novo acordo de acionistas celebrado entre a Companhia e o NY FIP (“GIC”), sem alteração da participação societária que permaneceu em 55%. Até essa data, a Companhia avaliava sua participação na Califórnia pelo método da equivalência patrimonial, dada a existência de controle compartilhado. A partir de 20 de outubro de 2025, A Companhia passou a consolidar integralmente a Califórnia, reconhecendo participação não controladora (NCI) de 45%.

b. Contraprestação transferida

A obtenção de controle não envolveu pagamento de contraprestação pela Companhia, uma vez que decorreu exclusivamente da alteração contratual decorrente do novo acordo de acionistas. Portanto, a contraprestação transferida na data da aquisição (20 de outubro de 2025) é igual a zero.

c. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos foram mensurados a valor justo na data de obtenção do controle (20 de outubro de 2025).

Balanco patrimonial consolidado da Califórnia em 20 de outubro de 2025

	20/10/2025		20/10/2025
Ativo circulante		Passivo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	596.585	Fornecedores	59.367
Aplicações financeiras vinculadas	204.913	Debêntures a pagar	77.049
Contas a receber	69.020	Obrigações trabalhistas	16.955
Estoques	17.241	Obrigações tributárias	12.767
Tributos a recuperar	18	Adiantamento de clientes	5.292
Despesas antecipadas	5.283	Credor pela concessão	850
Outros ativos	6.771	Outras contas a pagar	2.172
Total do ativo circulante	899.831	Provisão para manutenção	74.728
		Contas a pagar com partes relacionadas	7.700
		Passivo de arrendamento	6.958
		Total do passivo circulante	263.838
Não Circulante		Passivo não circulante	
Impostos a recuperar	17.998	Debêntures a pagar	4.890.958
Impostos diferidos	261.048	Passivo de arrendamento	12.705
Outras contas a receber	32.560	Passivo fiscal diferido	630.908
Imobilizado	12.867	Provisão para manutenção	146.932
Intangível	4.245.575	Provisão para riscos	59.011
Infraestrutura em andamento	891.012		
Total do ativo não circulante	5.461.060	Total do passivo não circulante	5.740.514
		Patrimônio líquido	356.539
Total do ativo	6.360.891		6.360.891

d. Resultado e receita contribuídos pela Califórnia desde a data de aquisição

Desde a data de obtenção do controle (20 de outubro de 2025), a Califórnia e suas controladas indiretas contribuíram com receita líquida de R\$1.338.331 e resultado líquido negativo de R\$3.118 nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Demonstração do resultado do período consolidado da Califórnia em 20 de outubro de 2025

	2025
Receita líquida	1.409.802
Custo do serviço prestado	(969.219)
Lucro bruto	440.583
Receitas (despesas) operacionais	
Gerais e administrativas	(173.352)
Receitas operacionais, líquidas	1.819
Resultado de equivalência patrimonial	-
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos	269.050
Receita financeira	77.075
Despesa financeira	(414.709)
Resultado financeiro líquido	(337.634)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(68.584)
Imposto de renda e contribuição social	12.726
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(55.858)
Prejuízo do período	(55.858)

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem as Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Estas são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, em decorrência da obtenção do controle da Califórnia em 20 de outubro de 2025, conforme descrito na nota explicativa nº 1.2.2. Conforme decisão da Administração, as demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas apenas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, sem informações comparativas, uma vez que até 20 de outubro de 2025 a Companhia não detinha controle sobre qualquer entidade.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras do Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Administração em 22 de julho de 2026.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional do Grupo e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 8** – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa nº 9** – *Earn-out*: mensuração do valor justo da contraprestação contingente decorrente da aquisição original da Califórnia em 10 de maio de 2023;
- **Notas explicativas nº 10 e nº 11** – Elaboração de projeções para teste de redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão e de realização dos ativos fiscais diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração do Grupo, estão relacionadas à probabilidade de eventos futuros – notas explicativas nº 08, 10 e 11;
- **Nota explicativa nº 17** – Determinação de provisões para manutenção; e
- **Nota explicativa nº 22** – Provisões para contingências.

- Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

(ii) **Julgamentos**

As aplicações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, o Grupo efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração do Grupo avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

O Grupo reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O Grupo reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 47, quando o Grupo contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração do Grupo avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Completion* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção, conforme nota explicativa nº 25.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras, conforme nota explicativa nº 17.

Provisão para contingências

O Grupo reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas, ambientais e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 22.

Imposto diferido

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir

a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 8.

Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (e ativos de contrato) são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento (abordagem simplificada). Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado. O Grupo determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Mensuração do valor justo

O Grupo mensura instrumentos financeiros (como, por exemplo, *Earn-out*), ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

- **Nível 2** - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- **Nível 3** - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, O Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Em cada data de reporte, a administração analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis do Grupo. Para fins dessa análise, a administração confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes.

A administração, em conjunto com os avaliadores externos do Grupo também compara cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável.

Para fins de divulgações do valor justo, o Grupo determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas notas explicativas referente a instrumentos financeiros.

2.4 Políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais e em 31 de dezembro de 2024 nas demonstrações financeiras individuais.

(i) Combinação de negócios

As combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, calculada como a soma dos valores justos, na data da aquisição, dos ativos transferidos pela adquirente, dos passivos incorridos para com os antigos controladores e das participações societárias emitidas pela adquirente em troca do controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados, na data da aquisição, ao seu valor justo, com as exceções previstas pelo CPC 15 (R1).

A participação não controladora é pela proporção da participação não controladora nos ativos líquidos identificáveis das adquiridas.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

(iii) Estoque

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Grupo.

(iv) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a

compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a. Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b. Impostos diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

(v) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada e qualquer

perda acumulada por redução ao valor recuperável “*impairment*”. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada dos itens, limitada ao prazo de concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 09 às demonstrações financeiras. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(vi) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

O Grupo revisa anualmente o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis e avalia se há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor.

Por tratar-se de concessão, o Grupo não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC.

Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before taxes* - EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Se o montante recuperável do ativo ou UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(vii) Intangível

O Grupo quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível

recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que o Grupo poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão, conforme divulgado na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras.

Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(viii) Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(ix) Credor pela concessão

Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais.

(x) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(xi) Provisão para manutenção

Decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 9,83% ao ano, em 31 de dezembro de 2025. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa WACC definida no contrato de concessão.

(xii) Provisão para riscos processuais

O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórios e trabalhistas com base na avaliação de probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(xiii) Debêntures a pagar - partes relacionadas

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados

(líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis - No reconhecimento inicial o valor justo do componente passivo foi determinado por meio do valor presente dos fluxos de caixa contratados e descontados à taxa de 8,65% a.a. avaliada pelo Grupo como sendo comparável a transação similar sem a cláusula de conversibilidade e contabilizado no patrimônio líquido.

(xiv) Custos com debêntures

Os custos com debêntures atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial até ficarem disponíveis para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até o momento em que são destinados ao uso.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com debêntures específicas e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com debêntures qualificadas para capitalização.

Todos os demais custos com debêntures são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

(xv) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – valor justo por meio do resultado abrangente ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2025 não há instrumentos classificados como VJORA.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao

VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; – como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - O Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, o Grupo atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- A mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- A nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente a base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, o Grupo atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, o Grupo aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(xvi) Reconhecimento de receita

(a) Receitas de serviços

As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(b) Receitas de construção

O Grupo contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R2) – contrato de concessão.

A receita relacionada aos serviços de construção ou modernização segundo um contrato de concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis do Grupo que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção. O Grupo estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados pelo Grupo. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de performance, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

(c) Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

(xvii) Informação por segmento

Os segmentos operacionais são identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes do Grupo, regularmente revisados pela diretoria da Administração do Grupo, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, o Grupo classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão do Grupo é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias.

(xviii) Benefícios a empregados

O Grupo concede diversos planos de benefícios a empregados, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando o Grupo tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são reconhecidas como despesas de pessoal à medida que o serviço relacionado seja prestado.

O Grupo não concede plano de benefício pós-empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

(xix) Arrendamento Mercantil – CPC 06 (R2)

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo Grupo, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, o Grupo mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do

arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, o Grupo reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

(xx) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da companhia e de sua controlada direta e controladas indiretas.

A aquisição de controle ocorreu em 20 de outubro de 2025, portanto a consolidação foi realizada de forma proporcional ao período pós aquisição de controle, conforme nota explicativa 1.

Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder que detém sobre a entidade.

As controladas são consolidadas integralmente a partir da data em que o Grupo obtém o controle, e deixam de ser consolidadas a partir da data em que esse controle cessa.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Os saldos e transações entre entidades do grupo, bem como receitas e despesas decorrentes de transações intra-grupo, são integralmente eliminados na consolidação. Ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações com controladas consolidadas são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alinhadas às políticas adotadas pelo Grupo, quando necessário.

A participação não controladora representa a parcela do patrimônio líquido das controladas que não é atribuível direta ou indiretamente à controladora. É apresentada destacadamente no balanço patrimonial consolidado, dentro do patrimônio líquido, e no resultado do exercício, separadamente do resultado atribuível aos acionistas controladores.

(xxi) Novas normas e interpretações ainda não adotadas aplicáveis as demonstrações financeiras

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(a) IFRS 18 / CPC 51 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 / CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs.

O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

(b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3 Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Caixa geral	-	-	1.083
Bancos	175	720	1.348
Aplicações financeiras (i)	388.399	8.113	914.266
Total	388.574	8.833	916.697

(i) Referem-se a CDBs – Certificados de depósitos bancários que estão sujeitos às remunerações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 100% a.a. em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

O montante de R\$388.399, na controladora é apresentado como “Aplicações financeiras” é composto basicamente por aplicações em fundo de investimento de renda fixa, formado por títulos públicos federais, pré e pós fixados com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são remuneradas com base na taxa de 102% da variação dos Certificados de Depósitos Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025 (98% em 31 de dezembro de 2024).

4 Aplicações financeiras vinculadas

Refere-se à aplicação financeira restrita investida em fundo sujeito à remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) à taxa média de 100% a.a. em 31 de dezembro de 2025. A aplicação é destinada ao serviço da dívida das debêntures emitidas pela controlada indireta Entrevias.

	Consolidado
	2025
Aplicação Financeiras – FIC Ref. DI	69.964
Total	69.964

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 29.

5 Contas a receber

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Clientes nacionais	929	3.144	-
Pedágio eletrônico a receber (*)	-	-	60.723
Receitas acessórias a receber	-	-	1.530
Total de contas a receber	929	3.144	62.253

(*) Serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária.

O Grupo avalia, de forma individualizada, para fins de mensuração da provisão para perdas de crédito, a experiência histórica de perdas por clientes, o segmento, a situação do crédito (atual e vencido), e informações prospectivas (*forward-looking*). A Administração do Grupo não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperados em 31 de dezembro de 2025, baseando-se nos preceitos do CPC 48 “Instrumentos financeiros”. O prazo de vencimento acordado em contrato é de até 30 dias.

6 Estoque

	Consolidado
	2025
Material para pavimentação	2.235
Elementos de proteção e segurança	3.986
Material de sinalização	2.166
Outros	1.457
Total	9.844

7 Impostos

7.1 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF retido sobre aplicações financeiras	2.209	967	28.151
Antecipações do imposto de renda e contribuição social sobre estimativa	15	34	30
Outros tributos a recuperar	37	122	52
Total	2.261	1.123	28.233
Curto prazo	2.261	1.123	2.281
Longo prazo	-	-	25.952

7.2 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
PIS e COFINS a recolher	220	570	7.733
IRRF a recolher	9	3	9
ISS a recolher	-	34	7.262
Outros a recolher	30	15	2.358
Total	259	622	17.362

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Apresenta-se a seguir a composição e movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos no consolidado, decorrente das diferenças temporárias entre o tratamento contábil e tributário dos ativos e passivos das controladas indiretas, bem como dos prejuízos fiscais e bases negativas a compensar.

	Consolidado				
	Saldo inicial líquido em 01/01/2025	Saldo em 20/10/2025 Obtenção de Controle - Ativo	Obtenção de controle - Passivo	Saldo em 31/12/2025 Reconhecido contra o resultado	Saldo em 31/12/2025 Saldo líquido de passivo fiscal diferido
Imposto de renda diferido sobre mais valia	-	191.899	(458.985)	(1.899)	(268.985)
Contribuição social diferida sobre mais valia	-	69.150	(171.923)	(683)	(103.456)
Total	-	261.049	(630.908)	(2.582)	(372.441)
Saldo ativo					248.804
Saldo passivo					(621.245)

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado		
	Ativo 31/12/2025	Passivo 31/12/2025	Saldo líquido 31/12/2025
Prejuízo fiscal e base negativa	157.214	-	157.214
Provisão para manutenção	62.978	-	62.978
Provisão para riscos processuais	28.964	-	28.964
Outras diferenças temporárias	(352)	-	(352)
Imposto fiscal diferido sobre mais valia	-	(621.245)	(621.245)
Total	248.804	(621.245)	(372.441)

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Os ativos fiscais diferidos ativos no montante de R\$248.804, foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pelo Grupo, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem as melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados do Grupo. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e as incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual o Grupo está inserido, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que estão registrados, é viável considerando que o plano de negócios prevê que o Grupo atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva. Parte relevante do trecho sob concessão da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. vem de um histórico de concessão rodoviária de aproximadamente 20 anos, período que fora analisado para construção das projeções do plano de negócios do Grupo e contribui, atualmente, com mais de dois terços da arrecadação auferida pelo Grupo. Trata-se do trecho denominado como remanescente, cujas praças de pedágio são localizadas em Sertãozinho, Pitangueiras, Sales Oliveira e Ituverava.

As outras quatro praças de pedágio, pertencentes ao trecho existente, localizadas em Pongai, Marília, Echaporã e Florínea, tiveram seus estudos de tráfego baseados em contagem de veículos antes do início da operação. O tráfego efetivo observado ao longo do exercício de 2025 apresentou-se aderente aos volumes levantados nos estudos prévios.

9 Earn out a receber

	Controladora	
	2025	2024
Earn out (i)	-	15.967

(i) Liquidado em setembro de 2025

10 Imobilizado - Consolidado

	Instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Caminhões	Outros	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Custo do imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obtenção de controle	936	465	3.052	3.952	2	1.583	235	2.641	12.866
Adições	-	-	-	1.236	-	-	-	-	1.236
Saldo em 31 de dezembro de 2025	936	465	3.052	5.188	2	1.583	235	2.641	14.102
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
Adições	(30)	(30)	(166)	(401)	(2)	(160)	(6)	(27)	(822)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(30)	(30)	(166)	(401)	(2)	(160)	(6)	(27)	(822)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	906	435	2.886	4.787	-	1.423	229	2.614	13.280
Taxas de depreciação - a.a.	20	10	20	20	20	25	4	4	-

O ativo imobilizado do Grupo, no consolidado, é composto por edificações, instalações, equipamentos, mobiliário, computadores e outros itens destinados ao uso operacional das controladas indiretas. Os bens são mensurados pelo custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável, conforme política contábil descrita na nota explicativa nº 2.4.

Em 31 de dezembro de 2025, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia das debêntures ou de processos de qualquer natureza.

11 Intangível e infraestrutura em andamento - Consolidado

	Intangível em rodovias - obras e serviços (i)	Contratos de Concessão (ii)	Software	Direitos de uso – CPC 06 (iii)	Mais Valia/Ágio	Total – intangível [A]	Adiantamento a fornecedores	Intangível em andamento(iv)	Total – infraestrutura em construção [B]	Total do Intangível [A] +[B]
Custo do intangível										
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obtenção de controle	1.311.431	1.010.818	12.439	22.184	2.061.807	4.418.679	18.890	912.139	931.029	5.349.708
Adições	41.134	-	2.284	-	-	43.418	-	267.302	267.302	310.720
Transferências/reclassificações (*)	298	-	10	-	-	308	(9.770)	(308)	(10.078)	(9.770)
Alienações/baixas	(52)	-	-	-	-	(52)	-	-	-	(52)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.352.811	1.010.818	14.733	22.184	2.061.807	4.462.353	9.120	1.179.133	1.188.253	5.650.606
Amortização acumulada										
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	(20.404)	(11.471)	(167)	(1.704)	(21.495)	(55.241)	-	-	-	(55.241)
Transferências/reclassificações (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações/baixas	3	-	-	-	-	3	-	-	-	3
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(20.401)	(11.471)	(167)	(1.704)	(21.495)	(55.238)	-	-	-	(55.238)
Intangível líquido										
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.332.410	999.347	14.566	20.480	2.040.312	4.407.115	9.120	1.179.133	1.188.253	5.595.368

(*) Transferência de adiantamento a fornecedores para intangível em construção.

(a) O contrato de concessão e o saldo de capitalização de juros sobre debêntures são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da concessão de 30 anos, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. O Direito de uso – CPC 06 (R2) é amortizado conforme tempo de contrato.

i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga.

ii) Vide nota explicativa nº 1.1.

iii) Saldos relacionados às operações de arrendamento do Grupo, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem prazos que variam entre 2 e 10 anos. O Grupo avalia, no início de cada arrendamento, se é razoavelmente certo que estas opções de extensão serão exercidas e reavalia tal conclusão em caso de ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle.

iv) Conforme nota explicativa 11, a Mais valia é reflexo da transação de aporte de capital a partir de bens, feita na Companhia na obtenção do controle da subsidiária IIP S.A., no dia 10 de maio de 2023. A Mais valia será amortizada pelo prazo remanescente da concessão.

v) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política do Grupo é divulgar em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.

Análise de impairment

De acordo com o CPC 01(R2) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua a análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos, utilizando o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras e não identificou possível desvalorização de seus ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Os cálculos do valor e suas premissas subjacentes foram preparadas para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa são: curva de demanda de tráfego, crescimento do PIB e sua elasticidade, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais., bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em reais, considerando efeitos inflacionários.

A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e do custo dos recursos externos.

12 Investimentos

A movimentação dos investimentos da Companhia em controlada direta e controladas indiretas, em fase operacional até 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontram-se demonstradas a seguir:

	Participação	Saldo em 31/12/2024	Redução de Capital ⁱ	Equivalência patrimonial até 19/10/2025 ⁱⁱ	Equivalência patrimonial após 20/10/2025	Saldo em 31/12/2025
Califórnia	55,00%	747.730	(550.000)	(30.725)	(5.636)	161.369
Agio	-	213.120	-	-	-	213.120
Total		960.850	(550.000)	(30.725)	(5.636)	374.489

ⁱ Em 29 de maio de 2025, foi aprovada a redução do capital social subscrito da Califórnia no montante de R\$1.000.000 (um bilhão de reais), passando de R\$1.408.084 para R\$408.084, representado por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Na proporção da participação detida pela Vinci de 55%, o impacto correspondente à redução de capital totaliza R\$550.000, conforme refletido no quadro de movimentação do investimento.

ⁱⁱ O resultado proveniente da participação na Califórnia no exercício compreende dois períodos distintos: (a) equivalência

patrimonial sobre controle compartilhado até 19/10/2025, no montante de R\$1.716; e (b) equivalência patrimonial sobre controlada (após obtenção do controle) de 20/10/2025 a 31/12/2025, no montante de R\$34.645. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o resultado da Califórnia é incluído integralmente a partir de 20/10/2025

O capital social subscrito é representado conforme segue:

Acionista					Ações	%
Vinci Highways do Brasil – Participações S.A.					224.446	55%
Ny Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia GIC					150.991	45%
Total					408.084	100
31/12/2025	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Califórnia	-	2.107.191	-	1.813.794	293.395	(66.111)
31/12/2025	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Entrevias	680.550	4.895.918	446.032	4.991.027	97.710	41.699
31/12/2025	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Infra II	174	139.611	280.851	-	(141.066)	41.648
31/12/2025	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Infra III	280.001	-	280.000	141.066	(141.065)	41.648

13 Debêntures a receber

Compra de 55% de Debêntures Conversíveis Entrevias

	Controladora	
	2025	2024
Emitidos Originalmente	995.447	873.441
Juros	101.638	122.006
Baixa	(1.097.085)	-
Total	-	995.447
Saldo em 31/12/2023		873.441
Juros incorridos		122.006
Saldo em 31/12/2024		995.447
Juros incorridos		101.638
Baixas (i)		(1.097.085)
Saldo em 31/12/2025		-

(i) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía debêntures conversíveis emitidas pela Entrevias Concessionária de Rodovias S.A., registradas no ativo não circulante outros créditos, bem como mútuo contratado junto à Vinci Highways SAS, acionista indireta da Companhia, registrado no passivo não circulante conforme nota explicativa 14. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as debêntures foram atualizadas pelos encargos financeiros previstos contratualmente até a data de sua transferência, resultando em saldo contábil de R\$1.097.085 mil. Em setembro de 2025, a Companhia transferiu a totalidade das debêntures para o fundo FCT Invest Infra International, entidade relacionada ao Grupo VINCI. Como contraprestação pela transferência, foi efetuada a liquidação parcial do mútuo mantido com a Vinci Highways SAS no mesmo montante de R\$1.097.085 mil. A operação não envolveu movimentação financeira entre as partes, tendo sido liquidada mediante compensação de ativos e

passivos financeiros existentes entre entidades do Grupo. A liquidação foi realizada parcialmente em setembro de 2025 e o restante em novembro de 2025.

Debêntures Entrevias

Em 10 de maio de 2017, a Entrevias (“Emissora”) realizou a 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final total em 31 de dezembro de 2030. As debêntures foram captadas junto à debenturista e parte relacionada da Entrevias Pátria III - Fundo de Investimento em

Participações (“FIP ou debenturista”). O montante total da emissão foi de R\$700.000, correspondentes a 70.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10, em série única, para colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores, as quais são remuneradas pela variação de 100% do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA mais 8,5% ao ano, e os recursos foram destinados ao pagamento de parcela da outorga fixa relativa à concessão do Lote Centro-Oeste Paulista, junto à ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo. Não haverá repactuação programada das debêntures. Não há cláusula de repactuação.

O valor principal da dívida, bem como suas atualizações monetárias e os juros, são acumulados mensalmente no passivo circulante e não circulante, respeitando o cronograma definido na escritura das debêntures.

As Debêntures poderão ser parciais ou totalmente convertidas em ações ordinárias de emissão da emissora, a qualquer momento desde a data da emissão até a data de vencimento e a exclusivo critério do debenturista, mediante notificação do debenturista à Emissora indicando a quantidade de debêntures a serem convertidas, desde que o EBITDA do debenturista tenha sido igual ou superior a R\$100.000 (EBITDA significa lucro ou prejuízo líquido da Emissora, em bases não consolidadas, relativos aos 12 últimos meses anteriores, antes: (a) das despesas (receitas) financeiras líquidas; (b) do imposto de renda e da contribuição social; (c) das despesas de depreciação e amortização; (d) do resultado de equivalência patrimonial em coligadas, controladas e controladas em conjunto; (e) do efeito de “impairment” de ativos; e (f) do eventuais custos não caixa).

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Fornecedores de obras	-	-	81.639
Fornecedores operacionais	-	-	6.412
Fornecedores de tecnologia	-	-	2.598
Fornecedores provisão	-	-	3.463
Fornecedores diversos	2.155	737	37.700
Total	2.155	737	131.812

15 Partes relacionadas

a. Operações com pessoal-chave da Administração

(i) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal chave da administração é composto pela diretoria. A remuneração paga aos Diretores do exercício foi de R\$65 em 2025 (R\$217 em 31 de dezembro de 2024). No consolidado R\$4.937 em 31 de dezembro 2025. A Vinci não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

		Controladora	
		Ativo	
		2025	2024
Contas a receber e outras contas a receber - Controladora			
Contas a receber – Entrevias		929	3.144
Outras contas a receber - <i>Earn-out</i> – Patria III		-	15.967
Outros créditos			
ENTREVIAS		-	995.447
Direito de uso - arrendamento			
Axians Brasil		-	114
Total		929	1.014.672
		Passivo	
		2025	2024
Contas a pagar e outras contas a pagar - Controladora			
Fornecedores			
Salvador Airport		1.152	576
Outras contas a pagar			
Outras contas a pagar (iv)		157.710	198.622
Mútuos a pagar			
Vinci Highways SAS		-	1.065.967
Arrendamento			
Axians Brasil		-	117
Total		158.862	1.265.282
		Resultado	
		2025	2024
Receitas – Controladora			
Entrevias – Prestação de serviços		929	3.144
Patria III		325	15.967
Entrevias – Receita financeira (iii)		-	122.006
Total		1.254	141.117
Despesas - Controladora			
Vinci Highways SAS – Despesa financeira (iv)		(114.420)	(137.523)
Salvador Airport – Despesas Operacionais		(576)	(576)
Planus Tecnologia – Amortização de arrendamento			(115)
Total		(114.996)	(138.214)

- (i) Outras contas a receber (Debêntures ativas) – nota explicativa nº 14.
(ii) Mútuos a pagar – nota explicativa nº 19.
(iii) Juros de outras contas a receber (Debêntures ativas) – nota explicativa nº 14.
(iv) Juros de mútuos a pagar – nota explicativa nº 19.

Parte relacionada consolidado

		Ativo
		2025
Contas a receber e outras contas a receber - Consolidado		
IBH I Serviços e Participações		20
Total		20
		Passivo
		2025
Contas a pagar e outras contas a pagar - Consolidado		
Eixo SP Concessionária de Rodovias*		58
VINCI Highways do Brasil S. A (a)		5.788
NY Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia GIC (a)		5.076
IBH I Serviços e Participações *		611
Total		11.533

(*) Apresentados nesta nota explicativa pois permaneceram como partes relacionadas até o dia 20/10/2025.

- (a) Despesa com a prestação de serviços técnicos, de gestão e licenciamento de marca registrada fornecidos por entidades integrantes do mesmo grupo econômico do Grupo.

16 Credor pela concessão

	Consolidado
	2025
Taxa de fiscalização	2.359
Total (*)	<u>2.359</u>

- (*) Refere-se ao valor da outorga variável correspondente a 3% das receitas brutas mensais auferidas pela concessionária (pedágio, acessórias e rendimentos financeiros) bem como, 3% sobre a mesma base à título de taxa de fiscalização. Conforme nota explicativa nº 13(a) a outorga variável está atualmente isenta por prazo indeterminado como efeito produzido pelo Termo Aditivo 01/2021 ao Contrato de Concessão.

17 Provisão para manutenção

Provisão decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização, conforme política contábil descrita na nota explicativa nº 8. A mensuração dos respectivos valores presentes é calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos. A taxa de desconto utilizada é baseada na taxa WACC definida no contrato de concessão.

	Consolidado
	31/12/2025
Constituição da provisão para manutenção	233.592
Ajuste a valor presente	(49.392)
Total	<u>184.200</u>
Circulante	95.012
Não circulante	89.188

Descrição	Saldo em 31 de dezembro 2024	Obtenção de controle	Adição	Consumo	Saldo em 31 de dezembro 2025
Provisão para manutenção	-	271.898	3.241	(41.547)	233.592
Ajuste a valor presente	-	(50.238)	(273)	1.119	(49.392)
Total	<u>-</u>	<u>221.660</u>	<u>2.968</u>	<u>(40.428)</u>	<u>184.200</u>

A provisão constituída no passivo não circulante, até 31 de dezembro de 2025, representa o saldo que será investido em conservação especial entre janeiro de 2027 e dezembro de 2028, conforme “aging” de gastos descrito abaixo:

	Saldo
De janeiro de 2027 a dezembro de 2027	65.279
De janeiro de 2028 a dezembro de 2028	23.909
Total	<u>89.188</u>

18 Obrigações Trabalhistas

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Salários a pagar	-	-	6.183
Provisão de férias, INSS e FGTS	203	264	4.872
Encargos Sociais	74	352	1.849
Outras obrigações trabalhistas	-	-	267
Total	277	616	13.171

19 Mútuos a pagar

	Controladora	
	2025	2024
Empréstimos/Mútuos	-	928.444
Juros ref. mútuos	-	137.523
Total	-	1.065.967

Movimentação

Saldo em 31/12/2023	928.444
Juros Incorridos	137.523
Saldo em 31/12/2024	1.065.967
Juros Incorridos	114.420
Baixa	(1.180.387)
Saldo em 31/12/2025 (i)	-

- (i) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía debêntures conversíveis emitidas pela Entrevias Concessionária de Rodovias S.A., registradas no ativo não circulante outros créditos, bem como mútuo contratado junto à Vinci Highways SAS, acionista indireta da Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as debêntures foram atualizadas pelos encargos financeiros previstos contratualmente até a data de sua transferência no montante de R\$:114.420, resultando em saldo contábil de R\$1.097.085 compensado com saldo de debentures a receber nota explicativa nº13. Em setembro de 2025, a Companhia transferiu a totalidade das debêntures para o fundo FCT Invest Infra International, entidade relacionada ao Grupo VINCI. Como contraprestação pela transferência, foi efetuada a liquidação parcial do mútuo mantido com a Vinci Highways SAS no mesmo montante de R\$1.097.085. A operação não envolveu movimentação financeira entre as partes, tendo sido liquidada mediante compensação de ativos e passivos financeiros existentes entre entidades do Grupo.

20 Debêntures – consolidado

1ª Emissão - partes relacionadas

Em 10 de maio de 2017, O Grupo (“Emissora”) realizou a 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final total em 31 de dezembro de 2030. As debêntures foram captadas junto à debenturista e parte relacionada Pátria III – Fundo de Investimento em Participações (“FIP ou debenturista”). O montante total da emissão foi de R\$700.000, correspondentes a 70.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10, em série única, para colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores, as quais são remuneradas pela variação de 100% do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA mais 8,5% ao ano, e os recursos foram destinados ao pagamento de parcela da outorga fixa relativa à concessão do Lote Centro-Oeste Paulista, junto à ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo. Não haverá repactuação programada das debêntures. Não há cláusula de repactuação.

O valor principal da dívida, bem como suas atualizações monetárias e os juros, são acumulados mensalmente no passivo circulante e não circulante, respeitando o cronograma definido na escritura das debêntures.

Conversibilidade das debêntures – as debêntures poderão ser parciais ou totalmente convertidas em ações ordinárias de emissão da Emissora, a qualquer momento desde a data da emissão até a data de vencimento e a exclusivo critério do debenturista, mediante notificação do debenturista à Emissora indicando a quantidade de debêntures a serem convertidas, desde que o EBITDA tenha sido igual ou superior a R\$100.000 (EBITDA, significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, em bases não consolidadas, relativos aos 12 últimos meses anteriores, antes: (a) das despesas (receitas) financeiras líquidas; (b) do imposto de renda e da contribuição social; (c) das despesas de depreciação e amortização; (d) do resultado da equivalência patrimonial em coligadas, controladas e controladas em conjunto; (e) do efeito de “impairment” de ativos; e (f) de eventuais custos não caixa).

No reconhecimento inicial o valor justo do componente passivo foi determinado por meio do valor presente dos fluxos de caixa contratados e descontados à taxa de 8,65% a.a. avaliada pela Companhia como sendo

comparável a transação similar sem a cláusula de conversibilidade. A diferença entre a taxa contratual e a taxa utilizada para determinação do valor justo da dívida na data da captação de R\$11.509, foi contabilizada no patrimônio líquido.

As principais cláusulas de vencimento antecipado das debêntures estão relacionadas à não existência de: (i) pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial por parte da emissora; (ii) transformação societária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou ocorrência de mudança direta ou indireta, no controle acionário; (iii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela emissora; (iv) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira assumidas pela Companhia igual ou superior a R\$10.000; e (v) protesto de títulos da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000.

O 1º aditamento à escritura desta 1ª Emissão, celebrado em 27 de fevereiro de 2018, teve como objeto torná-la subordinada, júnior e sujeita ao pagamento prévio de todas as obrigações estabelecidas no âmbito do Financiamento Sênior (2ª Emissão).

Em 10 de maio de 2023, em razão do fechamento da operação contemplada no Contrato de Compra e Venda, os Controladores Indiretos alienaram à VINCI ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 55% (cinquenta e cinco por cento) do capital social da Califórnia Infraestrutura Holding S.A. (controladora indireta da Entrevias) e 55% (cinquenta e cinco por cento) das debêntures conversíveis emitidas pela Entrevias de acordo com a primeira emissão privada de debêntures conversíveis, datada de 10 de maio de 2017, conforme alterada em 27 de fevereiro de 2018 (“Operação”). Não houve mudanças nas condições inicialmente contratadas.

Em 20 de outubro de 2025, em razão do fechamento da operação contemplada no Contrato de Compra e Venda, os Acionistas Minoritários Indiretos alienaram ao NY FIP (“GIC”) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 45% (quarenta e cinco por cento) do capital social da Califórnia Infraestrutura Holding S.A. (controladora indireta da Entrevias) e 45% (quarenta e cinco por cento) das debêntures conversíveis emitidas pela Entrevias de acordo com a primeira emissão privada de debêntures conversíveis, datada de 10 de maio de 2017, conforme alterada em 27 de fevereiro de 2018 (“Operação”). Não houve mudanças nas condições inicialmente contratadas.

2ª Emissão

Em 15 de fevereiro de 2018, foi realizada a 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, com vencimento final em 15 de dezembro de 2030. As debêntures foram captadas junto ao mercado.

O montante total da emissão foi de R\$1.000.000, as quais são remuneradas pela variação de 100% do IPCA mais 7,75% ao ano, e os recursos foram destinados ao pagamento da segunda parcela da outorga fixa relativa à concessão do Lote Centro-Oeste Paulista, junto à ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (e aos gastos operacionais).

Estão classificados no passivo circulante os juros e 11% do principal da dívida bem como suas atualizações monetárias com previsão de pagamento no dia 15 do mês de dezembro de 2026.

As principais cláusulas de vencimento antecipado das debêntures estão relacionadas à não existência de: (i) pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial por parte da emissora; (ii) transformação societária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (iii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela emissora; (iv) deixar de ter o registro na CVM; (v) realizar qualquer pagamentos aos acionista até 30 de junho de 2030, exceto o valor individual ou agregado de até R\$20.000 (vinte milhões de reais) por ano, a ser atualizado pela variação do IPCA no período, conforme termos do “*Contrato de Prestação de Serviços Técnicos e de Administração*” celebrados entre a Companhia e seus acionistas indiretos; (vi) contratação, pela Emissora, de qualquer forma de operação financeira, exceto a captação de recursos via 3ª emissão de debêntures, conforme anuência prévia concedida em Assembleia Geral de Debenturistas em 17 de abril de 2025; (vii) protesto de títulos da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$40.000; (viii) descumprimento de qualquer sentença judicial;

(ix) cisão, fusão ou quando a emissora for incorporada; e (x) realizar qualquer pagamento referente a 1ª emissão de debêntures.

Conforme anuência prévia concedida pelos debenturistas em AGD de 17 de abril de 2025, os novos índices financeiros indicados a seguir serão apurados semestralmente com base nas informações contábeis intermediárias e do encerramento do exercício da Companhia:

(a) para o período compreendido entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2029 (inclusive): EBITDA subtraído de Tributos e Variação de Capital de Giro e CAPEX, acrescido de Receitas Financeiras e Aporte de Capital e de Posição Realizada de Caixa/Amortização(ões) de Principal acrescido de Pagamento de Juros igual ou superior a 1,1x (um inteiro e um décimo de vezes); para o período compreendido entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2029: Relação Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a:

Exercício	Relação
2025	6.50x
2026	6.00x
2027	6.00x
2028	5.00x
2029	5.00x

3ª Emissão

Em 29 de agosto de 2025, foi realizada a 3ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, com vencimento final em 15 de dezembro de 2036. As debêntures foram captadas junto ao mercado.

O montante total da emissão foi de R\$1.640.000, as quais são remuneradas pela variação de 100% do IPCA mais 8,0389% ao ano, e os recursos foram destinados à aquisição das debêntures emitidas pela Califórnia Infraestrutura Holding S.A. no valor de R\$1.000.000, e ao reforço da posição de caixa.

O valor principal da dívida, bem como suas atualizações monetárias e os juros, são acumulados mensalmente no passivo circulante e não circulante, respeitando o cronograma definido na escritura das debêntures

As principais cláusulas de vencimento antecipado das debêntures estão relacionadas à não existência de: (i) pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial por parte da emissora; (ii) transformação societária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou ocorrência de mudança direta ou indireta, no controle acionário; (iii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela emissora; (iv) deixar de ter o registro na CVM; (v) se a Emissora realizar quaisquer pagamentos aos seus acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório, no período compreendido entre a Data de Emissão (inclusive) e 31 de dezembro de 2029, exceto os pagamentos relativos a contratos de prestação de serviços no valor individual ou agregado de até R\$20.000 (vinte milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas por ano, sendo esse valor atualizado pela variação do IPCA no período, incluindo, sem limitação, no âmbito do “Contrato de Prestação de Serviços Técnicos e de Administração”; (vi) contratação, pela Emissora, de qualquer forma de operação financeira; (vii) protesto de títulos contra a Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$70.000; (viii) descumprimento de qualquer sentença judicial; (ix) cisão, fusão ou quando a emissora for incorporada ; e (x) realizar qualquer pagamento referente a 1ª emissão de debêntures.

Os índices financeiros indicados a seguir serão apurados semestralmente com base nas informações contábeis intermediárias e do encerramento do exercício da Companhia:

Para o período compreendido entre a data de emissão das debêntures e 31 de dezembro de 2029 (inclusive), relação EBITDA subtraído de tributos e variação de capital de giro e CAPEX, acrescido de receitas financeiras e aporte de capital e de posição realizada de caixa/amortização de principal acrescido de pagamento de juros igual ou superior a 1,1x.

Para o período compreendido entre 1 de janeiro de 2030 (exclusive) e a data de vencimento final, relação EBITDA subtraído de tributos e variação de capital de giro e CAPEX e acrescido de receitas financeiras e aporte de capital/amortização de principal acrescido de pagamento de juros igual ou superior 1,1x.

Durante toda a vigência das debêntures, relação dívida líquida/EBITDA igual ou inferior a

- (i) 2024: 6.50x
- (ii) 2025: 6.50x
- (iii) 2026: 6.00x
- (iv) 2027: 6.00x
- (v) 2028: 5.00x
- (vi) 2029: 5.00x
- (vii) 2030 em diante: 5.00x

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	2025
Principal (incluindo atualização monetária)	4.041.859
Remuneração (juros)	1.029.273
Custos de captação	(76.250)
Total	4.994.882
1ª Emissão de debentures	2.038.076
2ª Emissão de debentures	1.334.602
3ª Emissão de debentures	1.698.454
Custos de captação	(76.250)
Circulante	162.072
Não circulante	4.832.810

A seguir, a movimentação do saldo das debêntures no exercício de 2025:

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Adição	Obtenção de controle	Juros e atualização monetária	Custo de Captação (adição)	Custo de Captação (baixa)	Pagamento principal	Pagamento de juros	Saldo em 31/12/2025
Debêntures	-	-	4.968.007	175.615	(50.962)	8.732	(3.729)	(102.781)	4.994.882
31/12/2025									
Vencimento longo prazo									
2027									159.490
2028 em diante									4.673.320
Total longo prazo									4.832.810

21 Direito de uso e Passivo de arrendamento

Direito de uso

Saldo inicial

Obtenção de controle
Adições
Amortização
Pagamento de principal
Total

Controladora	
2025	2024
115	-
-	-
9	243
-	-
(124)	(128)
-	115

Passivo de arrendamento

Saldo inicial

Combinação de negócios

Adições

Juros provisionados

Pagamento de juros

Pagamento de principal

Total

Circulante

Não circulante

Controladora		Consolidado
2025	2024	2025
117	-	-
-	-	19.663
9	243	-
9	14	454
(9)	(14)	(454)
(126)	(126)	(1.864)
-	117	17.799
-	117	8.288
-	-	9.511

Refere-se aos passivos de arrendamento reconhecidos pelas controladas indiretas, decorrentes de contratos de arrendamento operacional sujeitos ao CPC 06 (R2). Em geral, esses contratos possuem prazos que variam entre 2 e 10 anos, com pagamentos mensais.

Os passivos de arrendamento são mensurados ao valor presente dos pagamentos do arrendamento, descontados pela taxa incremental de empréstimo do Grupo. O ativo de direito de uso correspondente é apresentado na nota explicativa de intangível e infraestrutura em andamento.

22 Provisão para riscos— Consolidado

a. Provável

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possui processos de natureza cível e trabalhista e ações de natureza regulatória classificadas como perda provável pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos e, portanto, constituiu a provisão necessária conforme tabela abaixo.

	2025
Provisão para contingência - ação cível	16.330
Provisão para contingência - ação trabalhista	2.034
Provisão para contingência - ação regulatória (*)	41.154
Total	59.518

(*) Notificações emitidas pela ARTESP resultantes de sua fiscalização sobre as atividades da concessionária. A variação nos saldos decorre da atualização monetária e evolução das causas na esfera administrativa.

Movimentação dos riscos prováveis

	2024	Obtenção de controle	Constituição	Reversões	Pagamentos	2025
Cível	-	15.483	3.618		(2.771)	16.330
Trabalhista	-	2.405	-	(88)	(283)	2.034
Regulatória	-	41.123	7.768	(1.211)	(6.526)	41.154
Total	-	59.011	11.386	(1.299)	(9.580)	59.518

b. Possível

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possui processos de natureza cível e ações de natureza regulatória classificadas como perda possível pela Administração e pelos assessores jurídicos internos e externos, para os quais não foram constituídas provisões.

	Consolidado	
	2025	2024
Causas possíveis - ação cível	59.818	7.117
Causas possíveis - ação trabalhista	7.728	4.745
Causas possíveis - ação regulatória	97.091	90.779
Total	164.637	102.641

Ademais, o Grupo não possui causas de natureza tributária, ambiental, e outros processos administrativos que tenham sido considerados como perda provável ou possível pela Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos.

23 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
<i>Earn out</i> ⁱ	157.710	198.622	157.710
Despesas antecipadas	-	-	-
Outras	256	99	2.110
	157.966	198.721	159.820
Circulante	157.710	61.092	159.564
Não circulante	256	137.629	256
Total	157.966	198.721	159.820

- (i) Trata-se de saldo de Earn-out devido sobre a aquisição da Califórnia, mensurado a valor justo a cada data de reporte, pelo método de avaliação de fluxo de caixa descontado, combinado com a estimativa de probabilidade de ocorrência de eventos, o *Earn-out* é atualizado por um spread de 9,5% adicionado da inflação acumulada.

Durante o exercício de 2025, em decorrência do atingimento das condições contratuais previstas, foram efetuados pagamentos de parcelas do *Earn-out* aos vendedores originais (Pátria III e Entrevias Coinvestimento). O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2025 reflete as parcelas futuras devidas, mensuradas a valor justo.

Abaixo está apresentado a movimentação do *Earn-out* no exercício.

	Controladora
Saldo em 31/12/2023	210.092
Juros incorridos	24.553
Pagamentos	(36.023)
Saldo em 31/12/2024	198.622
Juros incorridos	20.180
Pagamentos	(61.092)
Saldo em 31/12/2025	157.710

24 Patrimônio líquido

a. Capital social

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Capital social subscrito	764.105	827.105	764.105
Prejuízos acumulados	(158.470)	(108.341)	(158.470)
Total do PL atribuído a controladores	605.635	718.764	605.635

O capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R\$764.105, representado por 764.104.912 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. No período, ocorreram as seguintes movimentações:

- (i) Conforme deliberado na ata de 30 de janeiro de 2025, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$55.000, mediante a emissão de 55.000.000 de ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$1,00 por ação, integralmente subscritas e integralizadas pela acionista Vinci Highways SAS; e
- (ii) Em 18 de novembro de 2025, foi aprovada a redução do capital social no montante de R\$118.000, por considerá-lo excessivo, nos termos dos artigos 173 e 174 da Lei nº 6.404/76, mediante o cancelamento de 118.000.000 de ações ordinárias, com a consequente restituição do respectivo montante à acionista Vinci Highways SAS.

c. Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social, conforme Art. 193 da lei das sociedades por ações.

d. Reserva de retenção de lucros

Em conformidade com o artigo 196 da Lei 6.404/76, a Companhia constituiu Reserva de Retenção de Lucros com base no orçamento de capital após destinações estatutárias e legais conforme proposta da Administração.

e. Dividendos

Em cada exercício social os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

25 Receitas

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Receita com prestação de serviços	1.483	3.350	1.483
Receita com adequação de pedágio	-	-	180.150
Receitas com construção (a)	-	-	209.533
Outras receitas	-	-	7
Total bruta	1.483	3.350	391.173
Deduções da receita			
	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
COFINS	(113)	(255)	(6.973)
PIS	(24)	(55)	(1.510)
ISS	(74)	(168)	(11.504)
IQD	-	1	(54)
Total	(211)	(477)	(20.041)
Receita líquida	1.272	2.873	371.132

- a) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento, pois não foi faturado. Foi reconhecida a construção de acordo com ICPC 01.

26 Custos e despesas por natureza

Apresentamos a seguir a composição dos custos e despesas por natureza reconhecidos pelo Grupo no consolidado, decorrentes das atividades da controlada indireta, Entrevias no período de 20 de outubro de 2025 (data de obtenção do controle) a 31 de dezembro de 2025.

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Depreciação e outras	-	-	(56.064)
Custos de obras (i)	-	(2)	(198.582)
Despesas com pessoal	(3.176)	(2.134)	(12.598)
Prestação de Serviços (ii)	(3.302)	(2.514)	(7.350)
Despesas com viagens e Deslocamentos	(145)	(97)	(1.876)
Despesas com Manutenção	(72)	(48)	(4.988)
Despesa tributária	(287)	(70)	(454)
Provisões	-	-	(10.087)
Marketing	-	-	(288)
Locações	-	-	(3.005)
Seguros	-	-	(339)
Outras despesas	(401)	(317)	(3.277)
Total	(7.383)	(5.182)	(298.908)
Custo do serviço prestado	(1.983)	(1.531)	(247.007)
Gerais e administrativas	(5.400)	(3.651)	(51.901)
Total	(7.383)	(5.182)	(298.908)

- (i) Considera adições, baixas e transferências dos itens de Intangível em Rodovias (i) e Intangível em Andamento (iv) da nota explicativa 10.
- (ii) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Receita financeira			
Juros recebidos	96.359	-	96.551
Juros de Debêntures	-	122.007	-
Juros com aplicações financeiras	24.998	1.360	36.853
Descontos recebidos	-	-	145
Variação cambial ativa	87	52	87
Juros com partes relacionadas	-	-	39.006
Total da receita financeira	121.444	123.419	172.642
Despesa financeira			
Multas por pagamento em atraso	(8)	(3)	(11)
Juros bancários sobre mútuos	(114.420)	(137.523)	(67.556)
Juros sobre arrendamento – CPC 06	(2)	(8)	(454)
Juros e variação cambial sobre debêntures	-	-	(175.615)
Atualização (<i>Earn-out</i>)	(20.180)	(24.554)	(20.182)
Variação cambial passiva	-	(7)	-
Despesas bancárias	-	-	(2.970)
PIS e COFINS sobre Juros	-	(5.737)	(3.115)
IOF sobre operações financeiras	-	-	(303)
AVP – Provisão de Manutenção	-	-	(1.119)
Total da despesa financeira	(134.610)	(167.832)	(271.325)
Resultado financeiro	(13.166)	(44.413)	(98.683)

28 Prejuízo básico/diluído por ação

O prejuízo e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo básico/diluído por ação são os seguintes:

	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Numerador básico			
Prejuízo atribuível aos proprietários do Grupo e utilização na apuração do prejuízo básico/diluído por ação	(50.129)	(54.096)	(50.129)
Denominador			
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico/diluído por ação	764.105	827.082	764.105
Prejuízo básico/diluído por ação das operações continuadas	(0,07)	(0,07)	(0,07)

29 Instrumentos financeiros

O Grupo administra seu capital para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

O objetivo principal da administração de capital do Grupo é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. O Grupo administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

O Grupo não está sujeito a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Risco de mercado/

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração com base no Gerenciamento de Risco.

a. *Exposição a riscos cambiais*

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

Na data base 31 de dezembro de 2025 o Grupo não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b. *Exposição a riscos de taxas de juros*

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de aplicações financeiras e debêntures circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pelo Grupo por meio da manutenção de debêntures a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, o Grupo vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

	Controladora		
	31/12/2024		
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Instrumentos financeiros			
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa		720	720
Aplicações financeiras		8.113	8.113
Contas a receber		3.144	3.144
Outras contas a receber		15.967	15.967
Outros créditos		995.447	995.447
Total		1.023.391	1.023.391
Passivos			
Fornecedores		737	737
Mútuo a pagar		1.065.967	1.065.967
Outras contas a pagar (Earn out)		198.721	198.721
Total		1.265.425	1.265.425

Controladora			
31/12/2025			
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Instrumentos financeiros			
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	175	175
Aplicações financeiras	-	388.399	388.399
Contas a receber	-	929	929
Total	-	389.503	389.503
Passivos			
Fornecedores	-	2.155	2.155
Outras contas a pagar (<i>Earn out</i>)	-	157.710	157.710
Total	-	159.865	159.865
Consolidado			
31/12/2025			
	Valor justo	Custo amortizado	Total
Instrumentos financeiros			
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.431	2.431
Aplicações financeiras	-	914.266	914.266
Contas a receber	-	62.253	62.253
Outros ativos	-	7.042	7.042
Total	-	985.992	985.992
Passivos			
Fornecedores	-	131.812	131.812
Outras contas a pagar (<i>Earn out</i>)	-	157.710	157.710
Debentures	-	4.994.882	4.994.882
Passivo de arrendamento	-	17.799	17.799
Credor pela concessão	-	2.359	2.359
Contas a pagar com partes relacionadas	-	11.533	11.533
Total	-	5.316.095	5.316.095

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos:

	31/12/2024	31/12/2025	
	Controladora	Controladora	Consolidado
Instrumentos financeiros			
Ativos – Nível 2 e 3			
Caixa e equivalentes de caixa	720	175	2.431
Aplicações financeiras	8.113	388.399	914.266
Contas a receber	3.114	929	62.253
Outros ativos	-	-	7.042
Outras contas a receber	15.967	-	-
Outros créditos	995.447	-	-
Total	1.023.391	389.503	985.992

Instrumentos financeiros	31/12/2024	31/12/2025	
	Controladora	Controladora	Consolidado
Passivos – Nível 2 e 3			
Fornecedores	737	2.155	131.812
Mútuo a pagar	1.065.967		
Outras contas a pagar (<i>Earn-out</i>)	198.721	157.710	157.710
Debentures	-	-	4.994.882
Passivo de arrendamento	-	-	17.799
Credor pela concessão	-	-	2.359
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	1.533
Total	1.265.425	159.865	5.316.095

- **Debêntures:** classificados como custo amortizado, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

As operações com instrumentos financeiros do Grupo estão reconhecidas nas informações financeiras para o exercício de 2025, conforme quadro a seguir:

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- Os saldos de fornecedores possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pelo Grupo.
- Os saldos de equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.
- Os valores justos das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas informações financeiras em virtude de serem indexados por taxas flutuantes (IPCA), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, o Grupo estima que seus valores justos se aproximam aos valores contábeis.

Hierarquia do valor justo

O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

c. Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando o Grupo a incorrer em perdas financeiras. O Grupo adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

As operações que sujeitam o Grupo à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Grupo fica exposta ao risco da instituição financeira

envolvida. Visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágios se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças, que são administradoras renomadas. Para os casos das receitas acessórias o Grupo interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo no consolidado apresenta valores a receber de R\$62.253 (R\$53.758 em 31 de dezembro de 2024), sendo 98% deste total, valores a receber das Operadoras de Serviços de Arrecadação – “OSAs”, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágios. Desta forma, a administração do Grupo caracteriza como remoto o risco de crédito oriundo destes valores a receber.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa, títulos e aplicações financeiras vinculadas e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 3, nº 4 e nº 5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, o Grupo tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam ratings AAA, baseado nas avaliações das principais agências de rating.

d. **Risco de liquidez**

O risco de liquidez é gerenciado pelo Grupo por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações.

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada efetiva % a.a.)	Saldo contábil	Fluxo contratual	31/12/2025	2026	2027 em diante
1ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 8,5% a.a.	2.038.076	6.405.034	-	-	6.405.034
2ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 7,75% a.a.	1.334.602	2.073.640	-	162.072	1.911.568
3ª Emissão de debêntures (*)	IPCA + 8,5% a.a.	1.698.454	4.219.921	-	-	4.219.921
Fornecedores		131.812	131.812	131.812	-	-
Passivo de arrendamento		17.799	17.799	8.288	9.511	-
Credor pela concessão		2.359	2.359	2.359	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas		11.533	11.533	11.533	-	-
Outras contas a pagar		159.824	159.824	159.824	-	-
Total		<u>5.394.459</u>	<u>13.021.922</u>	<u>313.816</u>	<u>171.583</u>	<u>12.536.523</u>

(*) Projeção do IPCA baseada no centro da meta divulgado pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

e. **Análise de sensibilidade**

O Grupo apresenta a seguir as informações sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade, o Grupo adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para o Grupo.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para o Grupo e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros risco redução	Cenário provável 31.12.2025
DI Ativo (% ao ano)	15%
IPCA Passivo (% ao ano)	4,32%

Referência para ativos e passivos financeiros risco redução	Cenário provável 31.12.2024
DI Ativo (% ao ano)	15%
IPCA Passivo (% ao ano)	5,00%

Os indicadores utilizados para 2025 e 2024 foram obtidos das projeções do BACEN no boletim Focus de 2025 e 2024.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2025, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, corresponde a projeção considerada mais provável das taxas de juros, na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, é apresentada nas tabelas abaixo:

Instrumento financeiro	Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2024	Em 31/12/2024	Cenário razoavelmente possível	Controladora Cenário		Remoto
						Provável	Possível	
Aplicações financeiras liquidez imediata	CDI	100,00%	8.833	10,83%	14,75%	1.303	1.629	977
Debêntures	IPCA	100,00%	995.447	4,84%	13,46%	133.987	167.484	100.490
Total			1.004.280			135.290	169.113	101.467

Instrumento financeiro	Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2025	Em 31/12/2025	Cenário razoavelmente possível	Controladora Cenário		Remoto
						Provável	Possível	
Aplicações financeiras liquidez imediata	CDI	100,00%	388.574	13,46%	12,25%	47.600	59.500	35.700
Total			388.574			47.600	59.500	35.700

Instrumento financeiro	Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2025	Em 31/12/2025	Cenário razoavelmente possível	Consolidado Cenário		Remoto
						Provável	Possível	
Aplicações financeiras liquidez imediata	CDI	100,00%	916.697	13,46%	12,25%	112.295	140.369	84.222
Aplicações vinculadas	CDI	100,00%	69.964	13,46%	12,25%	8.571	10.713	6.428
Debêntures	IPCA	100,00%	(4.994.882)	4,32%	4,06%	(202.792)	(253.490)	(152.094)
Total			(4.008.221)			(81.926)	(102.408)	(61.444)

30 Seguros e garantias

A Grupo tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratarem e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais.

Em 31 de dezembro de 2025, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Grupo está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura - R\$	Vigência
Responsabilidade civil	40.000	Até julho de 2026
Responsabilidade civil obras	40.000	Até maio de 2026
Riscos nomeados e operacionais	210.00	Até julho de 2026
Veículos – frota	13.333	Até julho de 2026
D&O	53.000	Até agosto de 2026
Risco de engenharia	1.171.281	Até julho de 2026
Seguro garantia	537.142	Até junho de 2027
Fiança Locatícia	397	Até dezembro de 2029
Seguro Garantia Judicial	161.036	Até julho de 2030
Seguro Patrimonial - Sede	13.000	Até junho de 2027
Seguro Patrimonial - Galpões	21.500	Até dezembro de 2025

31 Informações por segmento de negócio

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração do Grupo, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, O Grupo classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

32 Transações que não afetam o caixa - Consolidado

	2025	2024
Efeito não caixa intangível	942.302	290.776
Direito de uso - CPC 06	(17.325)	(6.012)
Saldo de fornecedor no fim do exercício	(40.612)	(26.168)
	<u>884.365</u>	<u>258.596</u>

33 Eventos subsequentes

Em Fevereiro 2026, a Companhia subscreveu ao aumento de capital da Concessionária da Rodovia Belo Horizonte Cristalina S.A (“Via Cristais”) por um total de R\$ 157,3 milhões. Após tal operação a Companhia possui 51,1% das ações da Via Cristais. O outro acionista da Via Cristais sendo a Vinci Highways SAS (acionista controlador da Companhia)

Em Fevereiro 2026, a Companhia quitou integralmente a última parcela do *Earn-Out traffego* (R\$161,1 milhões) ao *aos* (Pátria III e Entrevias Coinvestimento). Não existe mais obrigação da Companhia referente a tal *Earn-Out*

* * *

François Xavier Marie Gabriel Arhanchiague
Diretor

Dênis Satolo
Contador
CRC 1SP 156.259/O-0